

## ENTREVISTA: ANGELA ALONSO

GUSTAVO GOMES BARBOSA

ISABELA SOARES LOPES

JÚLIA GEILING CARDOSO FALCONE

THAIS CARVALHO DOS SANTOS<sup>1</sup>

Para a décima primeira edição da *Humanidades em Diálogo*, tivemos o prazer de entrevistar Angela Maria Alonso, mestre e doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, com Pós-Doutorado na Yale University. Atualmente, ela é professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (2019), pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) – que presidiu entre 2015 e 2019 –, coordenadora adjunta de Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura, Economia e Administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e colunista do caderno Poder no jornal Folha de São Paulo. Recebeu os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation (2009), Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (2015), Prêmio Academia Brasileira de Letras de melhor livro do ano (2015). Suas pesquisas e trabalhos abordam sobre as relações entre cultura e ação política e sobre movimentos políticos e intelectuais. Entre suas publicações destacamos os livros *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (Paz e Terra, 2001); *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* (Companhia das Letras, 2007); *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)* (Companhia das Letras, 2015). Além de seus estudos sobre movimentos do século XIX, atualmente Angela coordena uma pesquisa no Cebrap sobre os protestos que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013. Para a entrevista, concedida no dia 23 de abril de 2021, ela nos conta um pouco sobre sua trajetória e o que a levou para o estudo de movimentos sociais. Além disso, explica sobre o processo de produção de seus trabalhos e comenta sobre aspectos do cenário político e social atual.

**Humanidades em Diálogo:** Gostaríamos de começar a entrevista com um resumo sobre você, sua trajetória na docência e na pesquisa e sobre como é a sua atuação no CEBRAP. Você poderia, mesmo que em poucas palavras, falar sobre os aspectos que considera como os mais relevantes da sua trajetória?

---

1 A entrevista foi desenvolvida por uma comissão da Humanidades em Diálogo. Além dos entrevistadores, participaram de sua produção Beatriz Ferreira de Paula, Mariana Bolorini Pereira, Ricardo Feliz Okamoto e Violeta Pereira Queiroz Lopes.

**Angela Alonso:** Bom, eu fiz a graduação em Ciências Sociais na USP, entrei no período da redemocratização, então ainda foi um período com algumas turbulências. Tivemos grandes greves, então eu tive uma graduação um pouco acidentada. Depois, entrei no mestrado na própria USP, na Sociologia, e quando estava no segundo ano entrei no programa de formação de quadros do CEBRAP, que era um programa coordenado pelo Arthur Giannotti. Durou uma década e meia, duas décadas; era um programa multidisciplinar, uma espécie de avô do PET [risos], só que era em nível de mestrado. Tínhamos um tutor, um pesquisador do CEBRAP que auxiliava e orientava os *papers* finais. Era um programa muito exigente de formação, muito mais do que tinha tido na USP. Foi muito importante na minha formação porque me obrigou a ler coisas que eu não teria lido e com um rigor também que eu não teria obtido por conta própria. Então, fiz esse programa e, ao mesmo tempo em que defendi o *paper* final lá, defendi o mestrado na USP.

O doutorado comecei na USP e fiz um ano de sanduíche na Universidade de Columbia, que também foi um período muito marcante para mim. A tradição uspiana é uma tradição muito francesa, era assim sobretudo quando eu fiz a graduação. Então o período na Columbia foi uma experiência muito impactante de outro mundo universitário, não só pelos conteúdos, mas por causa do estilo. É um mundo muito mais informal, menos hierárquico, não aristocrático, digamos assim [risos]. Para mim, foi uma experiência bastante importante, que me alertou muito para as possibilidades da democratização do conhecimento, além de ter aprendido coisas substantivas.

A geração de vocês provavelmente não se dá muita conta disso, mas antes da generalização da internet não tínhamos tanto acesso ao funcionamento dos outros lugares e mesmo aos conteúdos, então essas viagens realmente tinham um impacto na formação.

Depois eu voltei, defendi o doutorado e, bom, aí comecei a vida [risos]. Publiquei meu doutorado, foi o meu primeiro livro, o *Ideias em Movimento*. Nesse período, comecei a dar aula na Escola de Sociologia e Política. Quando voltei dos Estados Unidos também voltei para o CEBRAP. Lá a gente faz um pouco de tudo, então fiz o que na época tinha recurso para fazer, que eram as pesquisas sobre o movimento ambientalista. Durante bastante tempo coordenei uma área de conflitos ambientais, depois entrei como professora na USP, em 2003, mas continuei no CEBRAP – fui diretora científica e, por fim, presidente. Essas carreiras não planejadas, mas enfim... fui presidente por quatro anos. Antes de ser presidente, fiz um pós-doutorado em Yale, que também foi bastante importante para mim. Agora eu estou na FAPESP, como coordenadora adjunta da área de Humanidades, que combina Ciências Sociais, Arquitetura, Artes, Letras e Linguística. Estou aprendendo bastante de novo, porque também é um ambiente muito interdisciplinar, em um nível de pesquisa mais avançado.

**Humanidades em Diálogo:** Ao estudar algumas de suas produções, percebemos que a questão dos movimentos sociais é uma tônica. Assim, gostaríamos de saber: o que te levou para este campo de estudo, quais as suas principais inspirações e referências para o tema e qual a sua concepção sobre este conceito?

**Angela Alonso:** Quando fiz a graduação, a gente estudava os clássicos, o seu contexto, então passávamos muito tempo falando sobre o século XIX, sobretudo o século XIX europeu, e muitas das teorias sociológicas eram críticas do positivismo. Tinha também, naquela altura, um interesse grande por entender o Brasil. Mas essas duas coisas eram um pouco separadas: uma formação teórica sobre o século XIX e um interesse pela conjuntura política – atual, sobretudo. Então, muito do que acabei fazendo foi oscilando entre essas duas balizas.

Na época em que eu comecei na pesquisa, na iniciação científica, o negócio da moda, que todo mundo falava sobre, era o livro do Roberto Schwarz sobre Machado de Assis, que estava em preparação. Ele já tinha escrito algumas coisas, mas o grande livro dele sobre Machado era aguardado. E eu sou uma fã de carteirinha do Machado desde a adolescência, é o autor de referência da minha vida. Então, tentei juntar essas coisas na iniciação científica e fui para um estudo sobre o século XIX brasileiro, ver o positivismo e o Machado. Fui assim para o mestrado e, nesse programa do CEBRAP, acabei tendo como tutor o próprio Roberto Schwarz, o que me levou a não fazer exatamente a mesma coisa. Fui deixando o Machado um pouco de lado e fui tentando encontrar uma leitura própria que me permitisse falar do Brasil e dos positivistas, mais que do positivismo.

Comecei a estudar mais o contexto do século XIX, e fui percebendo que, ao contrário do que eu lia em vários textos – tinha um texto famoso na época do Paulo Arantes sobre o positivismo – não havia essa distância entre o que os positivistas escreviam e a realidade que viviam. Eles não estavam simplesmente mimetizando a Europa, os debates europeus, as ideias europeias. Eles estavam falando de questões muito concretas e muito urgentes da sua conjuntura, como a escravidão e a secularização do Estado. Me dei conta disso no mestrado, mas eu não tinha um instrumental teórico-metodológico para lidar com isso. Então, acho que tudo o que fiz depois foi uma tentativa de demonstrar essa intuição que tive no mestrado e encontrar instrumentos que me permitissem fazer essa demonstração.

No doutorado, quando fui para a Universidade de Columbia, bati na porta do Charles Tilly que me acolheu completamente. Assistindo às suas aulas, participando do seu seminário, fui

sendo socializada nessa literatura sobre movimentos sociais que eu não conhecia. É uma literatura não só bastante desenvolvida, do ponto de vista conceitual, mas com uma metodologia muito clara de como trabalhar com movimentos – a partir do levantamento de eventos de protesto – que era muito diferente do que eu ouvia falar aqui na tradição francesa, que era mais ensaísta e que trabalha mais com estudos de caso.

Esse contato foi bastante impactante, assim como o próprio conceito de movimentos sociais que ele e os autores vinculados a ele tinham desenvolvido e estavam reformulando: a ideia de que o movimento social não é um ator, como na tradição francesa, caso do Touraine, por exemplo. Mas é uma forma de ação que precisa ser pensada como situacional, conjuntural. Diferentes atores ou conjunto de atores podem fazer uso dela dependendo da situação em que se encontram. É preciso entender a conjuntura política inteira e, sobretudo, a posição desses atores em relação ao Estado, se eles têm possibilidade de influência, se eles estão sendo reprimidos, qual a posição que eles têm em relação a esse universo, para poder entender o que eles estão fazendo.

Segundo essa perspectiva, os atores migram entre as arenas. Então pensem, por exemplo, no Lula. O Lula passou de líder de movimento social a principal autoridade política do país. Depois, em outra conjuntura, ele se torna um preso político. Agora, ele pode ser candidato de novo. Quer dizer: o mesmo ator político pode ocupar diferentes posições. Nessa perspectiva de análise, portanto, o movimento social é uma forma de ação utilizada pelos atores que estão *fora* do Estado (não um atributo de um certo conjunto de atores ou de um certo conjunto de valores), e diz mais respeito à posição de força que os atores têm em cada conjuntura.

Essa ideia me impactou profundamente e venho usando essa perspectiva desde então. Só que, como estava trabalhando no doutorado com o que eu até então considerava um conjunto de *intelectuais*, que eu sabia que estavam falando da conjuntura e que estavam o tempo todo discutindo os assuntos da conjuntura, mas eu não sabia como equacionar bem, fiz esta torção: em vez de tratar aquele universo como um conjunto de pessoas que queriam se tornar intelectuais, que estavam escrevendo teorias sobre o Brasil, como vinha se falando até então, o que eu fiz foi aplicar a perspectiva teórica tillyana e dizer que eles são um movimento social e que o uso que fizeram dessas teorias, os livros que estavam escrevendo, era uma atividade completamente interessada, uma tentativa deles de interferir no debate político. E eles estavam usando isso porque estavam fora das instituições políticas (eles não tinham acesso aos partidos, ao parlamento), de modo que os livros eram a maneira pela qual estavam fazendo política.

Como eu já tinha feito uma parte da pesquisa quando cheguei nos Estados Unidos e o custo de conversão da tese inteira, o custo de fazer um outro banco de dados, à maneira do Tilly,

era muito grande para acabar o doutorado em tempo, fiz ali uma coisa um pouco a meio caminho. Desse modo, eu só fui desenvolver essa metodologia em plena potência, fazendo um banco de dados desde o começo, tal como essa perspectiva teórica recomenda, nas minhas pesquisas subsequentes.

**Humanidades em Diálogo:** Para realizarmos esta entrevista, lemos algumas de suas obras publicadas, dentre elas, *Ideias em Movimento*. Para começar: o que você tinha em mente na composição deste título? E você poderia explicar como foi o processo de criação e estruturação do livro?

**Angela Alonso:** Foi um doutorado, um trabalho que não é solitário. Trata-se de um livro que eu não teria escrito sem o Brasília Sallum, que foi o meu orientador. Acredito que a participação dele foi muito importante, sobretudo na definição do contexto brasileiro – ou seja, daquilo que é o primeiro capítulo do livro –, um assunto em torno do qual ele trabalha até hoje, as crises políticas. Em algum momento, ele tentou me convencer a transformar a tese em uma tese sobre a *crise* do império, mas, no fim, fiz esse capítulo inicial que foi muito importante para mim, porque passei a entender desde aí que, se você não constrói as balizas do seu assunto, você também não consegue falar direito sobre ele. Assim, aquele capítulo é uma espécie de organização do terreno no qual a ação vai ocorrer. Nele, há uma tentativa, não de construir uma interpretação original (não era essa a minha intenção neste capítulo sobre o império), mas de consolidar ou de sistematizar o que existia a respeito e, a partir disso, tentar entender quais eram os pilares daquela ordem que incomodavam, atrapalhavam as carreiras ou que eram consideradas anacrônicas pela geração subsequente.

Foi nesse contexto que identifiquei o sistema político fechado, a escravidão e o catolicismo como as três grandes balizas daquele universo e dei nome a elas. Uma delas era o liberalismo estamental. Havia aí um discurso liberal e uma *prática liberal*. Acho que é importante de frisar isso, pois não é que o liberalismo estivesse deslocado em relação à prática política, ele justificava uma maneira de funcionamento das instituições imperiais que contemplava a escravidão, o que também acontecia nos Estados Unidos da época. Como se tratava de uma sociedade que se via como uma aristocracia, o liberalismo estamental brasileiro se inspirou muito no universo francês, que também era aristocratizado, e tinha uma estrutura na qual nem todo mundo podia ser cidadão, mas somente os senhores, os proprietários. O liberalismo estamental é uma grande baliza que orienta a ação política, porque o que os reformistas irão fazer a partir daí é questionar essa estrutura estamental, fazer a contestação desse *status quo*.

E a outra coisa que eu acho que talvez chamasse menos atenção antes do meu trabalho é o catolicismo hierarquizador, ou seja, a maneira como o catolicismo, sendo religião de Estado, funcionou como um chancelador daquela ordem social, encontrando um lugar subordinado para os homens livres pobres e para os escravos no interior de um universo imaginário. O indianismo é a terceira baliza, ao criar a noção de uma sociedade na qual os africanos importados ilegalmente não precisavam ser nem mesmo imaginados. O indianismo é uma construção muito impressionante se você pensar que – e esse é um ponto que exploro agora nesse último livro sobre o movimento pela abolição – o lugar do africano não podia ser, de modo algum, na cabeça das pessoas que construíram o indianismo, como o próprio José de Alencar, nem um lugar de cidadania, mas tampouco um lugar de representação nacional – isso não era nem cogitado como tal. O Alencar foi uma das surpresas negativas da minha incursão no século XIX. Na adolescência li muito Alencar e tenho uma admiração pela capacidade romanesca dele ainda hoje, mas, enquanto político, ele realmente estava do lado escravista.

**Humanidades em Diálogo:** *Ideias em movimento* não foi a única obra que você publicou sobre o tema. Sua tese de livre docência também foi sobre essa temática do abolicionismo, publicada em 2015 com o título *Flores, votos e balas* pela Companhia das Letras. Por que você publicou outro livro sobre esse assunto? No que eles se distanciam e no que eles se aproximam?

**Angela Alonso:** Entre os dois livros há um terceiro que os conecta. No *Ideias em movimento*, eu tratei de vários personagens ao reconstruir aquilo que denominei como os diferentes grupos contestadores que conformam o movimento reformista. Um desses grupos tinha como figura proeminente o Joaquim Nabuco, que é um personagem ao qual o país inteiro volta, um autor incontornável. E aí, um amigo me convidou para escrever uma coisa que seria um livro curto sobre o Nabuco em Londres. Seria parte de uma coleção que ele iria fazer de livretos sobre personagens numa cidade... Então eu fiz uma coisa pequena: fiz um projeto de pesquisa para a FAPESP, fiz uma pesquisa sobre o período que o Nabuco passou em Londres. Era para ser um livro de “descanso” até conceber o que eu iria fazer adiante como pesquisa..., aí essa coleção não foi adiante.

Mas, por acaso, eu encontrei um dia a Lilia Schwarcz e conversamos sobre isso, e ela falou: “Me mostra, que estamos fazendo uma coleção de biografias”. E, no fim, acabei fazendo uma biografia do Nabuco para a coleção Perfis Brasileiros. Foi uma imersão de volta para o mesmo período que eu já tinha tratado, só que em vez de fazer uma prosopografia e trabalhar com um monte de personagens como eu tinha feito no doutorado, passei a me concentrar em

uma figura. E aí é um exercício muito diferente... foi muito desafiador, porque numa biografia – feita por um sociólogo, pelo menos – é preciso evitar comprar a versão que o biografado dá de si mesmo, e nesse caso, o Nabuco deu uma versão de si mesmo: ele escreveu a própria biografia. Essa é uma armadilha, é uma figura que está no panteão nacional, é difícil de contar os lados menos nobres da figura, digamos assim, sem que haja reação.

Então, a minha escolha foi de adotar um tom irônico na narrativa para me destacar do personagem, personagem tão admirável. E como era uma coleção para o grande público, comecei ainda com um tom mais acadêmico. Os coordenadores da coleção eram a Lilia Schwarcz e o Elio Gaspari, e o Gaspari me falou: "não, solta aí, solta a mão"... E eu tinha feito com notas de rodapé e tal. Ele foi um grande incentivador de um estilo mais livre e foi importante também na construção desse livro, porque me libertou do academicismo de vez. Comecei a escrever à minha maneira, com o que eu sei, mas sem me prender ao jargão. E aí foi uma experiência rica, eu acho que foi o livro que mais me diverti fazendo... fiz o livro com esse tom não acadêmico, um livro que foi lido por muita gente não acadêmica, mas que também me pôs ali em contato com o século XIX, com o debate político do período, com a questão da escravidão, com o liberalismo, tudo de novo.

Só que, quando comecei a fazer o livro, separei em partes que eu conhecia mais e em partes que conhecia menos para fazer a pesquisa. Eu tinha estudado o Império, então fui olhar mais o começo da República, porque o Nabuco viveu até o começo da República... e falei: bom, a abolição eu não vou nem olhar, porque tem muita coisa sobre isso, então depois eu volto, e isso vai ser rápido de fazer. E quando fui fazer a parte da abolição me dei conta de que embora houvesse, sobretudo naquele momento, muita coisa escrita sobre algumas figuras, como o próprio Nabuco e alguns episódios, a literatura sobre o assunto não tinha explorado muito aquilo que me interessava mais: que é o fato de o abolicionismo ser um movimento social.

Então, o que eu vi é que tinha umas publicações mais orientadas pelo marxismo; que se concentravam mais em explicar as razões econômicas da falência da escravidão, da incompatibilidade entre a escravidão e o capitalismo; tinha explicações enaltecidas das lideranças políticas institucionais; como o próprio Nabuco, que também ajudou a construir a figura da Princesa Isabel como a redentora, ou do João Alfredo, o chefe de gabinete que produziu a abolição. Daí começou a aparecer, a partir dos anos 80, uma literatura de reação a essa, apontando a relevância dos próprios escravos na reação à escravidão, em rebeliões, organização de quilombos e usando a própria legislação escravista e seus buracos contra si mesma. Só que cada um pegava a coisa por um lado, o que me pareceu é que ninguém explorava o que para mim era mais interessante quando eu estava estudando Nabuco, que é o fato de que ele estava fazendo campanha

de rua, que ele fazia comércio, fazia passeata. Tinha alguma coisa ali, que aparecia na teoria dos movimentos sociais que eu estudava, o Tilly contava que comércios e passeatas estavam se inventando naquele momento do século XIX. Eu achei aquilo fascinante.

Quando acabei o Nabuco, os Salões e as Ruas, eu pensei, bom, agora eu já sei bastante sobre o século XIX, já sei bastante sobre Nabuco, vou fazer um livro sobre o movimento pela abolição da escravidão em dois minutos... Gastei seis anos, porque o universo que encontrei era muito maior do que imaginava, eu tinha batido na ponta do iceberg. Aí eu fui com o projeto já montado, concorri à posição de fellow da Fundação Guggenheim, que tem algumas bolsas de pesquisa chiques, ganhei. Depois ganhei uma bolsa da Fapesp também, e fui pra Yale onde tem um centro de estudos especializados, o Gilder Lehman Center, que estuda só abolição e escravidão. É um grupo sobretudo de historiadores, mas tem sociólogos também, e lá eu tive um impacto parecido com o que tive em Columbia, que foi perceber que tinha um monte de gente de outros lugares estudando coisas parecidas. E eu acho que as minhas experiências no exterior sempre foram importantes na “desprovincialização” dos meus objetos de estudo.

Tinha um papo nos anos 80/90 sobre as singularidades brasileiras, e aí quando você vai olhando, de singular não tem nada, tem um monte de coisa parecida. O caso americano é muito parecido com o caso brasileiro, população escravizada grande e população escravista grande, então conflitos muito semelhantes também. Mas o que me chamou atenção foi perceber que tinha muita semelhança com o abolicionismo das colônias espanholas e isso era uma coisa que não se ressaltava muito na literatura. Eu conheci neste período pessoas que estavam estudando esses casos, que nem o Christopher Schmidt-Nowara, que infelizmente morreu uns anos atrás. A gente ficou em bastante contato, ficamos amigos, e ele vinha estudando o caso espanhol e trocamos muita figurinha. Fui percebendo que tinha uma semelhança grande e que precisava expandir um pouco essa maneira de pensar o abolicionismo brasileiro, também do ponto de vista das suas referências.

Então, eu fiz no livro duas coisas: um levantamento a partir da teoria dos movimentos sociais, das formas de ação, de mobilização pública, de manifestação e do associativismo abolicionista; fui compilando todas as associações e manifestações públicas de protestos que eles fizeram; e de outro lado, eu focalizei esta relação do movimento abolicionista com o repertório internacional daquele momento, que é o que venho fazendo desde lá do doutorado. Como é que os abolicionistas se relacionavam com outras experiências de diversos lugares? Como é que eles adaptaram estratégias e retóricas que já tinham sido utilizadas em outros lugares? Foi o que eu explorei.



Trabalhei um pouco com esse duplo trilho, de um lado, como eles vão construindo formas de contestação ao Estado, ao governo e à própria sociedade escravista – numa relação interna ao país –; e de outro lado, como eles vão mirando e incorporando experiências internacionais, fazendo conexões. Sempre pensamos o ativismo como alguma coisa contemporânea e transnacional, mas os abolicionistas já estavam fazendo isso, faziam viagens, faziam contatos diretos e por carta, ou por telégrafo. O que eu sempre brinco é que a internet do século XIX, o telégrafo, que chegou no Brasil nos anos 1870, fez essa mudança tecnológica e foi uma verdadeira revolução, porque permitiu ter notícias do mundo inteiro todo dia.

Então, há aí um aproveitamento das experiências internacionais e sobretudo da experiência espanhola, cubana e porto-riquenha. Porque foram países modelo para a elite social, que queria evitar uma solução drástica que nem a dos Estados Unidos – a Guerra Civil –, e evitar uma rebelião escrava como no Haiti, funcionou como um parâmetro. E funcionou como parâmetro também para os abolicionistas, que passaram a fazer conferências em teatros, que aqui ganharam uma feição muito mais artística do que em Madrid. Eram verdadeiros shows, eles eram ao mesmo tempo espetáculos, com apresentações, óperas, música popular, trechos de peças de teatro, declamação de poema e discurso político. Isso teve um grande impacto na campanha abolicionista brasileira, porque permitiu a expansão do público, atraiu as famílias, as mulheres, e permitiu a expansão da campanha de uma maneira tal que uma tática mais, digamos assim, careta, só com discurso político, não teria produzido.

**Humanidades em Diálogo:** Em relação à metodologia de pesquisa, como foi trabalhar com uma análise documental tão vasta como a aplicada em *Flores, Votos e Balas*? Poderia nos dizer mais sobre essa experiência de trabalhar e se aproximar intimamente da História, sendo uma socióloga?

**Angela Alonso:** Bom, são duas coisas diferentes e difíceis. Eu, como socióloga, sempre tenho medo dos historiadores, porque eles costumam saber as coisas com muito mais detalhe do que nós e, então, eu sou duplamente cuidadosa. Agora, como socióloga, acredito ter uma certa vantagem porque tenho menos amor à particularidade do que eles.

Percebo que montar um banco de dados grande como o das associações, na qual constam mais de 300 nomes (segundo minha última revisão para a publicação do livro em inglês pela Cambridge esse ano), por exemplo, não seria a estratégia de entrada dos colegas historiadores, embora eles reconheçam a relevância. Na sociologia dos processos políticos, a análise caminha de forma que esses elementos não sejam vistos sob suas particularidades, mas sim como casos

de uma mesma forma de ação coletiva. Há a desvantagem, claro, de perder o detalhe, mas também há a grande vantagem de produzir uma demonstração mais persuasiva. Quando se fala de rebelião escrava ou quilombos, por exemplo, fica a questão do “quantos?”. Por vezes, assume-se que há um impacto político a partir de um número pequeno de casos. E, quando se fala “os abolicionistas”, também fica a questão do “quem”. Sobre isso, defini um critério, a partir dessa perspectiva teórica que eu adoto: abolicionista não é alguém que fala da boca para fora, mas alguém que organizou uma ação consequente, pública e relativamente formalizada nesta direção. Assim, passei a considerar a existência do próprio fenômeno a partir do momento em que existem associações abolicionistas – ações e não declarações, discursos ou panfletos –, de modo que esse foi o critério para, inclusive, recortar o fenômeno. Em vez de circunscrever o abolicionismo a partir de 1879, como era o habitual, – eu o circunscrevo a partir de 1868, porque é a partir daí – 10 anos antes – que começa a ter um volume significativo de associativismo abolicionista: entre 1868 e 1871 são formadas 25 associações, em torno da discussão da Lei do Ventre Livre.

Os personagens sempre lembrados na história do abolicionismo, como o próprio Nabuco, são personagens mais tardios. Foi o uso de outra estratégia metodológica, portanto, que me permitiu identificar que a campanha foi mais longa e que houve, inclusive, protagonismo de figuras que estavam nos bastidores, como é o caso de André Rebouças, que não é uma figura de palanque como o Nabuco, mas está presente desde o começo e é a grande figura do movimento abolicionista.

Assim, trabalhar com esse grande volume de dados me permitiu encontrar terra firme, apesar da dificuldade. Para o banco de dados, além de contar com assistentes de pesquisa, também há a exigência de um controle minucioso. É para personalidades um pouco obsessivas, pois o trabalho não é apenas uma coleta de informações de fácil acesso na internet, mas sim um trabalho de formiguinha, de levantamento, checagem etc. E que eu aprecio – adoro ler esses jornais antigos –, de forma que não é um esforço penoso.

**Humanidades em Diálogo:** Em *Flores, Votos e Balas*, uma dinâmica central presente na obra é a relação de interdependência do movimento abolicionista com o Estado, ora em articulação, ora em ruptura com ele. Na sua visão, qual é o papel do Estado para o desenvolvimento dos movimentos sociais?

**Angela Alonso:** Na perspectiva de Tilly e do Tarrow trata-se sempre de uma relação: o Estado é, ao mesmo tempo, o foco da pressão, como também a maneira pela qual se pode reali-

zar as demandas do movimento. Tilly diz que essas formas políticas – os partidos, os movimentos, o parlamento, o Estado Moderno – vão se construindo reciprocamente, que estão sendo construídos em conjunto e, portanto, são formas de repartir o poder.

Como falei anteriormente, é quem está fora dos partidos e do governo que organiza movimentos sociais. Se alguém já se encontra dentro do governo não é preciso organizar um movimento, pois, nesse caso, é possível tentar influenciá-lo ou agir por meio dele. Isso significa, ainda, que os movimentos não são sempre de esquerda – se o governo da vez é um governo de esquerda, os movimentos serão de outro tipo, como o que foi visto durante o governo Dilma, certo? Então, o que temos durante a campanha abolicionista são governos que oscilam entre dar pequenos passos com a questão da abolição e ser completamente refratário a ela.

Além disso, há na sociedade a organização do movimento abolicionista, por um lado, mas também existe a organização de um contramovimento escravista de outro, ou seja, de uma reação por meio da organização de clubes da lavoura, que também são socialmente fortes.

Um ponto que sempre gosto de frisar ao falar do livro é que temos, no Brasil, a ilusão de ter tido escravidão, sem escravistas e isso é um autoengano de longa duração, pois não há como ter escravidão durante quatro séculos sem a presença de escravistas, embora (e obviamente) há pessoas que defendam isso. Se as instituições têm uma dinâmica e uma inércia, é importante lembrar que elas também precisam de uma ação ativa para se reproduzirem, pois elas não se reproduzem sozinhas. Digamos que todos faziam parte ou presenciavam a escravidão, mas se, a partir de um dado momento, todos os escravistas decidissem deixar de exercer esse papel, a instituição acabaria. Ou seja, a cada geração é preciso um compromisso ativo de uma parte da sociedade para manter a estrutura social como ela é. E isso é verdade lá, como é verdade agora – a desigualdade precisa de agentes ativos para ser mantida.

Durante esse conflito, portanto, temos um movimento organizado para combater a escravidão, assim como um contramovimento organizado para manter a escravidão, de forma que o governo se encontra “ensanduichado” nessa situação: ora o equilíbrio de forças pende mais para um lado e os governos são mais simpáticos à abolição, ora pende mais para o outro e os governos são mais simpáticos ao escravismo. De qualquer forma e de modo geral, a opção dos governos imperiais e da própria Família Real foi de manter o *status quo*, o que contradiz a ideia da “Isabel Redentora”.

Algo que me chamou a atenção, e que ressaltou no livro, é o caso de Paulino Soares de Sousa, que diz com todas as letras e repetidas vezes ao longo de duas décadas, que “a escravidão é a base do Império” – não é uma opção, mas é parte de todo um universo composto pelo cato-

licismo, pela escravidão, pela monarquia; é um complexo que, se um pedaço cair, o resto desabará junto. Assim, não é que a Monarquia, a Casa Real, o Imperador ou a Isabel lutaram constantemente para concretizar a abolição e foram obstados. Não, a monarquia funcionava dessa maneira e a partir do momento em que uma de suas pernas cai, o edifício inteiro desaba. E é por essa razão que há uma tentativa constante de prolongar a escravidão até mesmo para além do razoável, uma vez que a imagem internacional do país é fragilizada – no que se assemelha com a conjuntura atual, a exemplo da postura de Bolsonaro na Cúpula do Clima, ou seja, do Brasil como um pária internacional. Dessa forma, independentemente da imagem internacional do país, mexer na questão da escravidão significava derrubar o sistema inteiro.

O único governo que peitou, de fato, a questão foi o governo de Manuel de Sousa Dantas, em 1884, e que só foi possível frente à pressão do movimento abolicionista, não apenas com propaganda, mas devido à libertação do Ceará. O que faz com que o sistema político seja efetivamente afetado é a realização de ações efetivas de criação de territórios livres da escravidão, gerando a situação bastante inusitada da existência de uma província livre no interior de um império escravista e uma conseqüente crise política. Assim, a chegada ao poder de Dantas, homem liberal, moderado e membro de uma associação abolicionista, em conjunto com o movimento, só é possível por causa dessa crise. Contudo, posteriormente vem a reação escravista e derruba o governo.

Há, portanto, o embate de forças entre o movimento abolicionista e o contramovimento escravista que dura essas duas décadas – 1868 a 1888 – e que, ao final, vai beirando a guerra civil, com os dois lados cogitando o uso das armas.

**Humanidades em Diálogo:** Algo que nos chamou muita atenção em sua pesquisa é a sua dedicação para compreender tão profundamente um movimento social do passado, como é o abolicionista, ao invés de se fixar apenas na análise dos eventos presentes. Qual a importância, para o contexto atual, de se compreender os processos dos movimentos sociais do passado? Qual é a atualidade da sua pesquisa?

**Angela Alonso:** Lidar com o passado é muito mais negócio do que lidar com o presente, já que o passado já passou. Quando comecei a pesquisa, tinha o problema oposto ao que nós temos agora diante dos fenômenos políticos: eu sabia como eles tinham acabado, mas não sabia como tinham começado. Então a minha investigação foi uma investigação da gênese do fenômeno. Quando a gente está estudando coisas no presente, tem um duplo problema: o primeiro é o de que você é parte do que está acontecendo e isso embaça o seu olho, muito mais do que a

gente gosta de admitir; a outra questão é que o fenômeno está acontecendo. Você não sabe se o que está acontecendo neste momento é o ápice, o início ou o fim de alguma coisa.

Vem desta característica do estudo do tempo presente a grande quantidade de interpretações equivocadas de junho de 2013, porque na hora em que as manifestações aconteceram todos tentaram extrair uma interpretação. Bom, mas quando o fato acontece você não sabe o que ele é. O cientista social não é vidente, então esse tipo de interpretação de afogadilho é uma interpretação necessariamente contingente e provisória. Claro que temos que tentar entender, mas não dá pra dar respostas cabais para fenômenos que ainda não acabaram. Então, estudar o passado, para mim, sempre foi uma estratégia mais segura. Isso não significa que o passado seja fixo: a gente sempre o reconstrói a partir da própria conjuntura atual. Mas ele gera menos paixão do que o presente. Então, eu sempre preferi os fenômenos completos.

Quando estourou 2013 eu já tinha feito pesquisas sobre a conjuntura presente (sobre o movimento ambientalista, pesquisa que desenvolvi durante dez anos no âmbito de um projeto internacional coordenado pela Universidade de Sussex), mas os conflitos estudados eram sempre aqueles que tinham acontecido recentemente, mas eu nunca tinha estudado um fenômeno em andamento. E, quando estourou junho de 2013 (eu era diretora científica do CEBRAP), todo mundo ficou de cabelo em pé. Então propus: “vamos fazer uma pesquisa coletiva!”. O CEBRAP tem gente de todas as áreas, a pesquisa que seria realmente interessante. Na hora, todo mundo ficou empolgado com a ideia, mas como sempre acontece com esses entusiasmos de momento, depois cada um voltou para a sua agenda e eu fiquei com a pesquisa no colo. Aí eu falei: “bom, já estou na chuva, né...”. E na verdade, estou desde 2013 nesta pesquisa, com momentos de mais e de menos concentração. Isso porque nesse ínterim virei presidente do CEBRAP, o que me tomou muito tempo e fez com que eu não pudesse me dedicar muito à pesquisa.

Mas eu fiz, com a minha equipe do CEBRAP, um banco de dados que é igual ao citado sobre a abolição, mas voltado para os protestos contemporâneos. O banco consiste, na verdade, em identificar eventos com mais de 3 mil participantes. Em uma democracia, eventos de mobilização acontecem todos os dias, com 50, 30, 40, 200 pessoas. Vocês mesmos devem fazer vários desses por semana. Então estabeleci um número rigoroso, a partir de 3 mil pessoas. E com isso a gente construiu um banco, que permitiu identificar quais eram os organizadores de pelo menos dois desses eventos. Isso gerou uma pesquisa mais detalhada sobre associações e partidos que organizam tais eventos. E aí depois, selecionando as mais representativas, eu fiz uma lista de entrevistados e entrevistáveis, que são as lideranças dessas associações, mas também lideranças políticas relevantes daquele momento, como prefeitos das capitais em que os protestos foram mais importantes, ministros, a presidente (que eu não consegui entrevistar), e as forças

policiais, que também foram mais difíceis e das quais conseguimos entrevistar duas pessoas. E aí o Paulo Markun se interessou pela pesquisa me falou “vamos fazer as entrevistas juntos!” e a gente fez um documentário que está praticamente pronto. Agora precisamos que a pandemia acabe para podermos finalizar e exibir. O documentário se baseia em 50 entrevistas que nós fizemos juntos com esses personagens, que são de três diferentes campos, demarcados nesse artigo inicial que escrevi sobre o assunto.

O que me chamou atenção desde o começo são os diferentes campos em que atuam estes movimentos. Em primeiro lugar, tem o campo autonomista, que era formado pelos movimentos mais visíveis nas manifestações, os horizontalistas, com bandeiras identitárias e com simpatia pelo *revival* da contracultura e do anarquismo. Tínhamos também os movimentos de cepa socialista; não o socialismo antigão, *a la Fidel Castro*, mas esse mais pós-zapatismo, do qual creio ser o Boulos uma figura bastante emblemática. E tem, do outro lado, um outro grupo que apareceu. Ainda em 2013 eu fiz umas entrevistas, antes do documentário, e aparecia esse grande campo composto pelos que, em várias entrevistas, com membros dos campos socialista e autonomistas, foram identificados como “gente esquisita, gente estranha”, que são esses que a Ann Mische e eu chamamos de membros de um grande campo patriota, porque essa era a única característica palpável que havia em comum entre eles, dado o uso dos símbolos nacionais para se apresentar.

Desde então eu comecei a abrir essa caixa de pandora e percebi que tem muita coisa dentro disso. Não é tudo a mesma coisa neste campo patriota. Tem grupos mais liberais, mais autoritários, mais conservadores. E isso vale para os costumes, para as instituições. Então estou nesse momento escrevendo, na medida que dá tempo, sobre isso. E, enfim, se tudo der certo e nada der errado, algum dia será um livro sobre 2013.

**Humanidades em Diálogo:** Em publicações dos últimos anos você tem dado destaque ao pretenso antielitismo bolsonarista, que encontraria o seu paradigma na clivagem binária entre o ideal regulador do bolsonarismo, o “brasileiro médio” de hábitos e ideias simples, e o resto: a elite social intelectualizada. Como você enxerga essa dualidade de discursos no contexto dos ataques políticos à universidade e à ciência?

**Angela Alonso:** Eu estava fazendo essa pesquisa sobre 2013 e então aconteceu 2015; eu e a minha equipe no Cebrap fomos averiguar e tentar entender este novo evento. Depois veio a campanha pelo impeachment e eu fui, com a minha equipe, novamente, correr atrás. Então nós

acabamos fazendo uma pesquisa que não é sobre 2013, mas sobre os ciclos de protestos desencadeados a partir de então. Temos um primeiro ciclo de protestos, que eu chamo de mosaico e que tem como principal marca essa diversidade dos três campos que eu descrevia antes; a seguir, um outro ciclo que tem uma dominância do campo patriota que cresce, se avoluma e se diferencia, ao mesmo tempo em que a esquerda se retrai. E tem um terceiro ciclo, na véspera do impeachment, em que todos que estavam na rua em 2013 retornam, mas, agora, apartados. Socialistas e autonomistas se juntam de um lado e patriotas do outro.

Quando chega a este desfecho, já está claro que o país terá uma inflexão à direita. Mas a direita que se apresenta naquele momento é a direita tradicional, o Temer. O Bolsonaro não é uma figura que está no carteadado. Ninguém considera, nesse momento, que possa ter uma figura tão disruptiva. Mas durante este período temos a sangria do petismo, produzida em larga medida no próprio debate público – também pelos movimentos, mas majoritariamente pelo debate público.

A Veja me parece muito importante naquele momento. Toda a imprensa, claro, mas existem alguns carros-chefes na construção da ideia de que o petismo é igual a corrupção e que, portanto, seria necessário punir seus adeptos. Além disso, diz-se que as corrupções petistas teriam sido desenvolvidas “como nunca na história deste país”, e neste momento várias afirmações aparecem nessa direção, sem nenhuma base empírica. Ninguém mediu a corrupção antes, ninguém mediu durante e ninguém mediu depois. Então são afirmações impressionistas. Este seria um momento em que a corrupção teria se tornado tão sistêmica a ponto de contaminar a tudo e a todos, e por consequência o sistema político inteiro estaria podre. Este diagnóstico produz a ideia de que o país precisava ser dirigido por quem não pertencia a esse universo; a desclassificação do PT gerou, por hipertrofia, uma desclassificação de todos os políticos, inclusive dos antipetistas. E a própria mídia, outra vez, tem um papel muito proeminente em construir como alternativa o judiciário, o Supremo, o Moro, que são os não-políticos, que podem representar e dirigir a nação.

Só que, ao mesmo tempo, na rua, o campo patriota estava trazendo um terceiro elemento para a festa, que também não são políticos ou os membros do judiciário: os militares. Existe um grande saudosismo que aparece, uma nostalgia, inclusive nostálgicos do que nunca foi, uma vez que eles idealizam o regime militar, e nostálgico de algo que nunca viveram, representado por jovens que nunca vivenciaram o período e que começam a construir essa figura de líder sem rosto, de um patriota, de um nacionalista, de preferência um militar. Então, acredito que todo esse período de 2013 até o governo Temer prepara o bolsonarismo. Prepara porque elimina

outros atores, tirando de cena várias figuras relevantes. Por exemplo, por que a direita não votou no Alckmin? Qual é o problema com o Alckmin? Ele nunca teve nenhum escândalo de corrupção, pelo menos nunca montado do jeito que se montou contra o PT. Ele era um candidato defensável. Mas vemos ali essa desqualificação geral dos políticos: “Não vale mais a pena, é tudo farinha do mesmo saco”.

E é interessante como esse discurso penetra nas elites sociais de modo geral. Por exemplo, um grupo que está aterrorizado agora são os médicos e, bom, vocês sabem, o vestibular pra entrar em Medicina não é fácil. Logo, são pessoas intelectualmente capazes que compram esse discurso. Eu acho pouco falar em compra de discurso, porque na verdade é uma assimilação, não só da retórica e do diagnóstico, mas do sentimento. O antipetismo é um sentimento. Ele embute uma emoção, uma raiva, um antagonismo, às vezes um nojo. É uma impossibilidade de aceitar a legitimidade desse ator. Poderíamos falar por horas sobre como é difícil uma figura como o Lula ser palatável, considerando de onde ele veio e os seus costumes, alguém que nunca se tornou, de fato, um membro da elite. De como uma mulher presidente também é difícil de ser palatável.

Então, acho que muito desse processo civilizatório que veio desde a redemocratização – e podemos agrupar aqui o PSDB e o PT, seguiram, de diferentes maneiras, a mesma orientação geral da Constituição, de garantia e expansão de direitos – fez com que uma importante parte da sociedade brasileira tivesse que ficar meio quieta, não podia exprimir muito o que pensava e o que sentia, porque aqueles governos estavam funcionando. Assim, no momento que vem a crise do governo Dilma, em que o governo fica meio disfuncional, esse ressentimento e esse rancor vem à tona, mas não é só ele. Essas pessoas acabam se permitindo ser publicamente o que elas são, como aconteceu nos Estados Unidos, no caso do Trump. Tem uma parte da sociedade americana que pôde vir a público para dizer o que ela é, como ela se sente, o que ela pensa. E no Brasil, o Bolsonaro abriu essa porteira. Ele diz e quando ele diz, ele autoriza a dizer.

Hoje eu escrevi, na minha coluna da Folha de São Paulo, sobre um caso de racismo em Goiânia, que vai nessa direção. O sujeito se sente à vontade para animalizar, não só para ofender, mas para ofender animalizando uma pessoa que não obedeceu a uma ordem dele. Intitulei o artigo de *O sinhozinho*, pois apresenta um tipo de comportamento típico de uma sociedade escravista, é o mesmo que se tinha no século XIX. Porque a subordinação dessas pessoas é esperada como automática e, durante os governos petistas, principalmente quando começam as políticas de ação afirmativa e quando se expande o debate sobre questões de gênero, surge um grande incômodo em uma parcela da sociedade. Incômodo profundo.



Então eu acredito que o Bolsonaro seja a expressão deste homem comum, que não quer ser moderno e que tem, no fim das contas, medo do que a modernidade significa, do quanto ela pode ser destruidora do seu modo de vida, dos seus valores, das suas crenças. É um homem médio que se sente ofendido por essas mudanças e desenvolve uma postura reativa. Nesse sentido, o Bolsonaro é muito representativo de um Brasil, como a gente costumava dizer, profundo.

**Humanidades em diálogo:** Você acabou pincelando um pouco a questão da disseminação da ideia do movimento abolicionista ser quase exclusivo da coroa. Em seu artigo *Abolicionismo como movimento social*, você aponta essa apatia do povo da época como um mito e retoma essa questão da passividade dos brasileiros frente aos fenômenos políticos em outro artigo sobre os protestos de 2013 a 2016. Destacando, novamente, que a sociedade não se manteve inerte frente aos conflitos. Por que mostrou-se relevante destacar esses pontos tanto sobre o abolicionismo no Brasil Império quanto sobre as mobilizações mais recentes? E qual é a importância de desmentir crenças que pregam essa noção da passividade da sociedade brasileira?

**Angela Alonso:** Tem uma longa tradição que vem desde os tais intérpretes do Brasil, dos anos 30 para frente, que enfatiza muito essa diferença da sociedade brasileira com relação a outras sociedades ocidentais, sobretudo da Europa e os Estados Unidos. Então virou uma espécie de lugar comum essa comparação: “ah, os Estados Unidos têm uma sociedade civil forte, porque eles têm um monte de associações e o Brasil não”. Ou então vários países, a França por exemplo, têm uma população super educada, por isso eles protestam e reagem ao governo, no Brasil, não. E pressupostos como esses fizeram com que não se estudasse o fenômeno. Se começarmos a olhar a história do Brasil, veremos que houve reações, sejam associativas ou de mobilização de rua, por toda a história.

Eu organizei, em conjunto com a Heloísa Espada, um livro (*Conflitos: fotografia e violência política no Brasil*) e nele escrevemos sobre conflitos políticos violentos no Brasil desde o início da República até 1964. E há confrontos o tempo todo. Essa ideia de uma sociedade passiva é realmente um mito que vai bem com outros mitos, de que nós somos uma democracia racial, de que no Brasil é tudo tranquilo, todo mundo se dá bem, que somos muito acolhedores, um povo cordial. É tudo uma conversa, nós não somos assim. E eu acho que parte da mudança na sociedade brasileira dos últimos tempos tem a ver com isso, com uma grande descoberta coletiva de que nós não somos assim. Nós somos muito conflitivos, nós somos muito diferentes entre nós.

Sobre esse período de 1889 a 1964 (eu até intitulei a introdução que escrevi como “à mão armada”), não há só conflito, são conflitos que vão às vias de fato. E acredito que o que estamos vendo agora com o bolsonarismo, com essa obsessão que o Bolsonaro tem de armar a população, ter milícias armadas, cidadãos armados que possam se defender e defendê-lo, tem a ver com essa tradição de “no fim vamos ter que resolver na bala”. É esse o discurso.

Então, eu acho que a gente muda e não muda. O Brasil é um país que muda e não muda, mas não tem apatia. Tem interpretações que enfatizaram isso, né? Que construíram isso. Mas, eu chamei de mito porque, na verdade, basta olhar desde a colônia, a gente tem o tempo todo revoltas e rebeliões, tem quilombo, tem revolta escrava, tem assassinato político, tem linchamento, tem o que vocês quiserem na história brasileira. O que não tem é essa vida carnavalesca, essa festa. O Brasil não é uma festa, o Brasil é uma tragédia, é uma tragédia coletiva. Eu acho que talvez recentemente a gente esteja se dando mais conta disso.

**Humanidades em Diálogo:** Em *Flores, votos e balas* você aborda a emergência de um contramovimento escravista que fez face à luta pela abolição da escravatura. Recentemente, no Brasil, a pauta racial ganhou força com a instituição das políticas afirmativas nas universidades públicas e essa mudança, porém, deixou a elite brasileira bastante insatisfeita. Então pode se dizer que essa elite formou um contramovimento às abolições por igualdade racial recentes? E esse contramovimento tem alguma semelhança das elites escravistas do século XIX?

**Angela Alonso:** Acho que infelizmente sim. Vou voltar lá no discurso escravista, que fica mais claro. O que os escravistas diziam? Eles não diziam que eram escravistas. Eles diziam que a abolição era uma exigência da civilização, da religião, mas que não era a ocasião de fazer. Eu chamo de “escravismo de circunstância”, porque eles falam: bom, quando as condições do país permitirem, faremos. Como é o discurso racista contemporâneo? Existe, por exemplo, o discurso do cidadão goiano do qual eu estava falando, o discurso do racismo desabrido, que se expressa como racismo. Mas qual é o discurso médio da elite mais civilizada? É um discurso como o de Paulino [Soares de Souza], o discurso é assim: “a maneira de tornar o país mais igualitário é educar todo mundo, então se a gente investir na educação básica, gradualmente todos vão acabar chegando na universidade, por isso a gente deve investir nas crianças”. A política de cotas, desse ponto de vista, é desnecessária, porque se você investir em todos desde o começo da vida, todos chegam. É essa crença liberal de que todo mundo chega, porque todo mundo, em princípio, tem as mesmas condições. Então, se você faz a política de cotas, não só ela não seria boa, como ela teria um efeito deletério, que é o argumento, por exemplo, que o Alencar faz sobre o

ventre livre. Ele fala: “gente, nós vamos libertar os filhos, mas não as mães? Nós vamos criar um conflito nessa sociedade. As mães vão se revoltar.”

O argumento anticotas vai muito nessa direção. É assim: “nós vamos colocar pessoas que estão despreparadas para a universidade”, como o Alencar dizia daqueles meninos, que se nascessem livres estariam despreparados para a liberdade. Portanto, esse tipo de argumento é um argumento que posterga. Ele em princípio é universalista, e por isso foi adotado por muitos intelectuais – inclusive durante os anos 1990 e no começo dos anos 2000 – porque ele parece ser bom de face: todo mundo precisa ser educado e a questão principal é a desigualdade. Mas, se você esperar essa correção coletiva, os negros vão continuar pagando o preço que eles pagam desde o início da escravidão. Eles vão estar sempre atrás. E a mesma coisa a gente pode pensar para as mulheres, para as minorias de um modo geral. E quando você cria cotas, você cria o problema de fato. Eu, por exemplo, ao longo da minha carreira, várias vezes fui a única mulher em muitas coisas, em reuniões, em comitês, e a sua presença incomoda. E esse incômodo é relevante, porque ele permite pensar – para voltar em algo que eu falei antes – no fato de que essa desigualdade está sendo produzida agora. Não é que foi produzida antes e tem efeitos agora, ela continua sendo produzida. Então ela precisa ser enfrentada agora.

Essas políticas que colocam as coisas adiante, e esse argumento da educação, que é sempre um argumento muito bonito, eu tenho um pé atrás com ele, porque era o discurso lá dos conservadores do século XIX, sempre foi. Vamos educar as pessoas, depois a gente dá direitos políticos, depois a gente dá direitos civis. Depois, depois, depois. As pessoas estão vivendo agora... Então acho que tem muita, muita, semelhança, infelizmente.

**Humanidades em Diálogo:** Por último, e retomando a ideia de estratégia de clivagem binarista do bolsonarismo, como você vê ela sendo usada agora no terceiro ano do governo Bolsonaro? Você poderia fazer um breve balanço sobre o atual cenário político e social em que estamos inseridos atualmente?

**Angela Alonso:** Nossa, está difícil fazer isso, está bem difícil. Porque o bolsonarismo significou uma grande desestruturação de tudo. O Estado está sendo desmontado, é um liberalismo de destruição que vai destruindo o Estado, as estatais, as políticas, e não coloca nada no lugar. Então, é muito difícil até comentar o que é esse governo. É sempre mais fácil pensar nesse governo pela negativa: o que ele não é, o que ele destrói, o que ele ataca. Mas é muito difícil definir o que ele de fato é.

O próprio Bolsonaro, enquanto liderança, é um pouco uma dessas birutas de vento. Porque, conforme o que acontece imediatamente, ele reage de um jeito ou de outro. Ele é muito errático, não tem uma estratégia política. Então ele não é um vilão desses de filme de ação, em que o vilão tem uma linha de ação, uma certa previsibilidade, e age mais ou menos da mesma maneira. O Bolsonaro não. Então eu acho muito difícil fazer qualquer tipo de prognóstico sobre uma figura assim tão rebaixada. Como nós chegamos a ter o presidente da república desse jeito? Esse é o grande lamento.

Eu acho que o que é o mais importante entender, e como socióloga é o que me interessa mais, é menos o Bolsonaro, e mais os bolsonaristas. E, sobretudo, dentro dos bolsonaristas, os de classe A. Por que essa elite social mantém essa liderança? Porque obviamente o impeachment é algo que você faz quando a maioria parlamentar resolve fazer. O motivo para tanto é tão genérico na legislação de impeachment que motivo se constrói, e nesse caso não faltam motivos objetivos. Mas ele tem um apoio muito expressivo, o Datafolha vem mostrando isso desde o início do governo, ele tem uma sobrerrepresentação de apoio na classe A.

Então são pessoas educadas, endinheiradas, provavelmente brancas, que não são agredidas – pelo menos não no nível que eu, pessoalmente, me sinto agredida – pelos valores dele, pelo que ele fala. Essas pessoas, se não estão totalmente confortáveis com ele, também não estão totalmente desconfortáveis. O que significa que deve haver alguma zona de sobreposição bem importante entre os valores dele e os valores desses grupos. Ele pode ser uma versão exagerada, para voltar no que eu falei, ele pode ser uma hipérbole, mas ele expressa alguma coisa que é compartilhada por esses grupos que socialmente estão no topo – caso, por exemplo, desse incômodo com as cotas, do qual a gente tava falando agora pouco. Então ele fala de maneira aberta, e acho que por isso também ele galvaniza apoio, porque são coisas que muitas dessas pessoas talvez quisessem dizer, mas como são educadas, elas não dirão.

Por isso eu acho mais interessante, como agenda de pesquisa, estudar esse grupo. A gente no Brasil, nas ciências sociais, gosta muito de estudar a esquerda. A esquerda gosta de estudar a própria esquerda e gosta de estudar os pobres e oprimidos. Mas para a gente entender os fenômenos de opressão, os fenômenos de dominação, a gente precisa entender os dominantes. A gente precisa entender como a elite pensa, como ela se reproduz, como ela funciona. Não adianta ficar entendendo o próprio lado, porque como é que vai combater o que não se conhece? E a gente tem pouco estudo sobre isso. Então vocês que estão para começar a carreira, é esse lugar que precisa mirar. Como essas pessoas pensam, qual é o estilo de vida delas, quais são as estratégias de reprodução desta elite social, suas redes de relações, como é que elas se garantem nessa posição na qual elas estão desde que o Brasil é Brasil.